

POANCESTRAL

MUITO ALÉM DE 250



2ª ED.

ATEMPA



CPHIS

Coletivo das Professoras e
Professores de História da
Rede Municipal de Ensino
de Porto Alegre

POANCESTRAL

MUITO ALÉM DE 250

ORGANIZADORES:

Marco Mello

Roselena Colombo

Claudia Aristimunha

Melina Perussatto

Inês Vicentini

Coletivo de Professoras e Professores de História
da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (CPHIS)

Associação de Trabalhadores em Educação do
Município de Porto Alegre (ATEMPA)

2ª ed.
PORTO ALEGRE, RS
2023



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P739 PoAncestral: muito além de 250 / organização de Marco Mello, Roselena Colombo, Claudia Aristimunha ... [et al.] 2ª ed. - Porto Alegre: ATEMPA; CPHIS, 2023.
163 p. : il.

ISBN: 978-65-996311-3-9

1. Porto Alegre (RS). 2. Ancestralidade. 3. Memória social. 5. Comunidade quilombola. 6. Povos indígenas. 7. Ensino de história. I. Mello, Marco. II. Colombo, Roselena. III. Aristimunha, Claudia. IV. Perussatto, Melina. V. Vicentini, Inês. II. Título.

CDU – 981.651
930(816.51)

Elaborada pela Biblioteca Central da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Esta publicação é de acesso livre e é permitida sua reprodução, em parte ou no todo, sem alteração de conteúdo, desde que citada a fonte e sem fins comerciais

Estadual e Municipal estarão cumprindo seu compromisso público e priorizando o interesse dos cidadãos porto-alegrenses.

Por fim, é preciso reconhecer que a construção do porto foi o esteio para a renovação e desenvolvimento da cidade, marcando-a de forma indelével, e para sempre lembrado, pois expresso no nome do município. O estabelecimento do cais escreveu sua história no território banhado pelo Guaíba, criando uma nova paisagem costeira, cujos vestígios, materiais e imateriais, simbolizam um período em que a cidade ansiava por progresso. (LOHMANN, 2016).

Descaracterizar este pedaço de história esculpido na orla é apagar parte de nossa memória, embaçando nossa identidade, naquilo que nos distingue de outras cidades, no país e no mundo. É esquecer daqueles que aqui estavam antes dos açorianos e de quem o Guayba herdou seu nome; é suprimir os braços que edificaram o cais e descarregaram o progresso chegado em embarcações. Por tudo isso, na memória dos antigos ou no jovem olhar da atualidade, o lugar tece uma complexa e bonita rede de relações carregada de símbolos dignos de serem preservados, revelados e celebrados” (LOHMANN, 2015, p.216).

REFERÊNCIAS

COSTA, Geraldo. Cais Mauá em Porto Alegre é movimento de resistência. **Obvius**: escrita colaborativa cultural, Suíça, 2015. Disponível em: <http://obviousmag.org/viver_a_deriva_e_sentir_que_tudo_esta_bem/2015/cais-maua-em-porto-alegre-e-movimento-de-resistencia.html> Acesso em: 15 abr. 2022.

LOHMANN, Larissa. A obra, o rosto e a mensagem: reflexões sobre a construção da área portuária de Porto Alegre [RS]. **Labor & Engenho**, Campinas, v. 10, n. 3, p. 213-231, jul/set 2016. DOI <http://dx.doi.org/10.20396/lobore.v10i3.8646184>. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/issue/view/1075>>. Acesso em: 16 abr. 2022.

MILMAN, Túlio. Os bastidores do novo projeto do Cais Mauá: primeira imagem atualizada da planta mostra um prédio mais ecológico e horizontal. **GZH**, Porto Alegre, 9 jul. 2018. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/tulio-milman/noticia/2018/07/os-bastidores-do-novo-projeto-do-cais-maua-cjld5pe1i0or601qo0h38r3gw.html>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

OLIVEIRA, Rosane de. Novo projeto do Cais Mauá é ousado e tem potencial para novas polêmicas: venda de terrenos nas docas sustenta a revitalização dos armazéns, que seguirão sendo públicos. **GZH**, Porto Alegre, 25 nov. 2021. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/rosane-de-oliveira/noticia/2021/11/novo-projeto-do-cais-maua-e-ousado-e-tem-potencial-para-novas-polemicas-ckwffj749600cf014c16j4sm3o.html>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO CAIS MAUÁ. **Masterplan**. Consórcio Revitaliza, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <<https://parcerias.rs.gov.br/cais-maua>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

A CIDADE DOS DESEJOS NÃO MATA NOSSA CAPACIDADE DE DESEJAR

Magali Mendes de Menezes

Doutora em Filosofia, professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação na Faculdade de Educação (FACED-UFRGS). Endereço eletrônico: magaliufrgs@gmail.com

Fui convidada a participar de uma conversa sobre a *Porto Alegre que queremos e precisamos construir*, que faz parte da série de debates promovidos pelo projeto *PoAncestral, muito além dos 250 anos*. Tive que remexer as imagens que carrego e as que busco projetar para pensar a densidade da temática proposta. Resolvi partir então do que tenho mais próximo

de mim, meu próprio corpo e que significa a experiência de estar/habitar esta cidade. Comecei pensando em minha experiência mais recente, de meu corpo que tropeça em uma calçada esburacada e quebra o pé. Com certeza não é uma cena única, quantas pessoas tropeçam, caem, ou até mesmo se veem impedidas de circular porque vivemos

em uma cidade que nos agride. Seus caminhos não são acessíveis e falam, desse modo, de uma cidade que exclui e nega a uma parte de seus habitantes o simples direito de caminhar. A cidade nos agride ao invés de ser morada.

Para refletir com mais profundidade o tema que me foi proposto construí dois blocos de questões, pois a arte de perguntar sempre tira do lugar o que aparentemente parece estar acomodado em nós. Perguntar é mover ideias, sentimentos, revirar lugares marcados, perguntar é pensar. Foi com este intuito que tecí as seguintes perguntas para que a partir delas pudéssemos refletir com profundidade onde estamos.

A primeira questão é um desdobramento da questão já sugerida pelo título do evento: que Porto Alegre queremos? Esta pergunta nos remete a indagar o que é uma cidade? O que significa o espaço urbano e que elementos o distinguem do espaço rural? Afinal, como ambos os espaços se encontram e se separam? Serão tão dicotômicos assim? Quem são as *gentes* que habitam esta cidade e que histórias carregam? Habitamos uma cidade feita de muitos corpos, memórias e conseqüentemente, de muitos significados para as pessoas que nela habitam.

O segundo bloco de questões emerge da ideia de que precisamos construir esta cidade que queremos, ou seja, a pergunta de alguma maneira pressupõe que o que está aí não é o que queremos. A pergunta nos coloca diretamente na dimensão do desejo. É inevitável não lembrar a obra de Ítalo Calvino, *Cidades Invisíveis*, em que suas personagens são as cidades, entre estas, está a cidade do desejo. O desejo é tanto individual como coletivo, quando pensamos o espaço de uma cidade. O desejo de cada um e de todos nós deveria ter espaço na cidade em que vivemos, do contrário ela se tornará um cemitério a céu aberto dos desejos sufocados. Contudo, o desafio quando vivemos juntos é justamente dialogar sobre nossos desejos (para que o individual não se sobreponha ao coletivo). Temos que ter espaços (públicos) para falarmos e materializarmos o que desejamos. Para isso, torna-se fundamental encontrarmos pontos de convergência, equilíbrio, e assim restituirmos o tecido comunitário.

Meus pais vieram do interior, da cidade de Rosário do Sul e Alegrete, mas eu nasci na cidade de Porto Alegre. Contudo, cresci no entrecruzamento da fronteira simbólica entre o interior e a capital, porque meus pais trouxeram junto deles o modo de vida interiorano, seus modos de pensar e organizar o tempo, rituais,

forma de fazer o exercício da palavra. Foi desta maneira que fui vendo meus pais acomodarem as diferentes cidades dentro desta cidade de Porto Alegre.

Para aprofundar mais estas questões iniciais que vão suleando o pensamento, faço a defesa de que a cidade deve ser sempre fruto de um projeto coletivo, em que as diferentes vozes que compõem nossa cidade devem ser escutadas. É importante fazer um parêntese para explicar melhor o sentido de sulear.

Em 1991, o físico brasileiro Marcio D'Olne Campos publicou o texto "A Arte de sulear-se", no qual, pela primeira vez, fez menção aos termos "sulear-se" e "suleamento". Nessa publicação, Marcio Campos questiona a demarcação de certos espaços e tempos, períodos e épocas da História Universal e da Geografia que foi imposta pelos países considerados centrais no planeta. (TAVARES, 2019)

Ou seja, sulear não é apenas uma questão geográfica, mas geopolítica, em que problematizamos os motivos que levam determinadas regiões a serem mais importantes que outras no contexto global.

Destaco que o discurso sempre é de alguma forma, um exercício de poder. Quando pensamos, por exemplo, a possibilidade de nomear as ruas da cidade. Como nomeamos as ruas por onde nossos pés pisam? Sabemos os significados de seus nomes? Acompanhamos recentemente a polêmica disputa em torno do nome da Avenida que é o portão de entrada de nossa cidade: Av. Castelo Branco passou a ser chamada Avenida da Legalidade e da Democracia. O que acompanhamos não é apenas a disputa de um nome, mas de seu significado para a história de um lugar. Homenagear um ditador brasileiro e todas as mortes que resultaram do poder militar é uma tentativa de apagamento da história brasileira. Em 2011, a 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça anulou a mudança de nome e a Av. da Legalidade/Democracia passou a ser substituída novamente pelo nome de um ditador.

Este fato nos mostra que, para uma cidade ser fruto de um projeto coletivo deve ser radicalmente um espaço público. O público é o comum, onde nos encontramos e discutimos nossos quereres, e não apenas o querer privado. Não podemos privatizar a cidade. Quando olhamos uma orla do Guaíba sendo paulatinamente privatizada, negando inclusive o direito de olharmos a paisagem, pois grandes

edifícios começam a esconder (privatizar) nosso olhar - isso fala de uma cidade que não é definitivamente, para todos.

Temos que fazer com que Porto Alegre (re)descubra seus espaços públicos. Estes não são espaços dados, devemos a todo o momento reafirmar e reinventar o que é público. Mais, temos que fazer a defesa de que sentido do público nós queremos, pois, este grande conceito muitas vezes é manipulado e está também em disputa. Nesta direção, só podemos compreender o público como exercício da dimensão política e de seu sentido mais profundo, ou seja, a busca do bem viver. Quando recuperamos experiências “perdidas” como o Orçamento Participativo que levou a cidade de Porto Alegre a ser sede do Fórum Social Mundial e ser assim reconhecida internacionalmente, não falamos de uma cidade que era perfeita e deixou de ser. Mas falamos de uma cidade capaz de fazer sua gente falar e discutir os rumos de sua comunidade e do espaço maior que é a cidade. Por tanto, falar de público é falar de uma democracia participativa, em que os chamados cidadãos e cidadãs discutam que cidade desejam.

É preciso também reaprender a olhar, a sentir, a perceber o que esta cidade carrega, a cidade visível e a invisível. Vemos abismos entre seus espaços centrais e a periferia que esconde gente; aqueles que moram embaixo de pontes e outros em grandes mansões. Temos

uma cidade profundamente contraditória e sua arquitetura escancara uma injustiça presente na forma como se ocupa os espaços.

Nossa cidade é feita de memórias, histórias muitas vezes esquecidas. Estamos em cima da história dos povos indígenas, da trajetória negra da cidade. Precisamos nos conhecer e falar destes saberes, que não devem caber apenas em espaços pontuais como os museus. As histórias estão aí, tropeçamos nelas e não nos damos conta que elas fazem esta cidade. E para finalizar, diria que pensar a cidade que desejamos requer recuperar a nossa própria capacidade de desejar tão sufocada pela suposta compreensão de que não há mais nada a fazer. Não precisamos decidir, escolher, (re)construir e fundamentalmente, pensarmos em coletivo. Nesse coletivo há humanos e não humanos e se faz urgente refletirmos sobre o meio ambiente, a forma como a natureza se manifesta, compreender a sua linguagem. Somente dessa forma conseguiremos fazer de nossa cidade uma morada de todos, todas e *todes!*

REFERÊNCIAS

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

TAVARES, Elaine. **A origem do sulear**. In: <https://iela.ufsc.br/>, consultado 20/04/2022.

O AVESSO DO AVESSO

Agência Livre para a Informação, Cidadania e Educação (Alice)

Na humanidade caleidoscópica, falar em diversidade parece redundância. Gato felino, homem humano, chuva aguada. Entretanto, por vezes esta palavra é empregada como algo nobre, concedido pela sociedade a quem não cabe nos moldes aceitos e alardeados pela mídia, pelas novelas, pelo cinema norte-americano, pela propaganda e pela indústria da beleza. Os *diferentes* reconhecidos são aqueles que se destacam: o negro juiz, o paraplégico capaz de ganhar uma medalha de ouro na Paraolimpíada, a miss deficiente visual, a universitária com Síndrome de Down, o ex-favelado jogador de futebol, o cantor sertanejo nascido em uma família de agricultores. A mesma lógica do vencedor. A diversidade vira concessão. A sociedade ensina o soldadinho a



marchar no mesmo passo que ela, dá a farda, toca a corneta. E, então, aplaude.

Entretanto, é surda na hora de ouvir a palavra de quem conjuga o verbo errado, ridiculariza os imperfeitos, segrega os loucos, descarta os velhos, aponta o dedo acusador para os marginais e as prostitutas. Joga no lixo da história o que eles têm a contar, a ensinar. Constrói políticas públicas sem ouvi-los e elas se tornam ineficientes. Focaliza o problema, mas não as causas. Não fala com os guardiões